

Contabilidade Ambiental

O grau de conhecimento dos contadores do sul e sudeste do estado do Pará

*Julio César Pereira Silva*¹

*Ricardo Pereira Rios*²

Resumo

O presente artigo trata da Contabilidade Ambiental, bem como as particularidades desse segmento da Ciência Contábil que surgiu como resposta às necessidades de informar uma nova categoria de usuários da contabilidade. Com o objetivo averiguar o grau de conhecimento dos contabilistas do sul e sudeste do estado do Pará sobre Contabilidade Ambiental, o desenvolvimento desse artigo ocorreu em duas etapas paralelamente, o referencial que além de conceitos, faz referências ao Balanço Social, DVA, bem como os elementos das demonstrações contábeis ambientais e meios de mensuração e evidenciação, e uma pesquisa de campo realizada em municípios do sul e sudeste paraense. Utilizou-se como ferramenta de pesquisa um questionário dividido em duas partes, a primeira tinha por finalidade conhecer o perfil e a interação dos respondentes com Contabilidade Ambiental, na segunda, foi apresentado aos entrevistados, afirmativas relacionadas ao tema em questão e utilizado a escala Likert de cinco pontos. Os resultados obtidos demonstraram que é extremamente baixo o conhecimento dos contabilistas com relação à Contabilidade Ambiental nas regiões pesquisadas, 75% disseram nunca ter participado de eventos relacionados ao tema, refletindo assim a falta de interesse e conhecimento dos profissionais pesquisados sobre o assunto em questão.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental, Balanço Social, Elementos Contábeis Ambientais.

INTRODUÇÃO

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque, 2013.

² Mestre em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Pós Graduado em Gestão Empresarial pela Universidade Nove de Julho, Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque. Atua na área Contábil Tributária há 20 anos. Professor Universitário, atuando também como docente em cursos e palestras com temas voltados área contábil tributária há mais de 05 anos. Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque. Co-autor do livro: "Normas e Práticas Contábeis: Uma introdução", obra premiada na categoria Livro de Contabilidade no "Troféu Cultura Econômica 2012" – Rio Grande do Sul. Revista Eletrônica Gestão e Negócios – Volume 5 – nº 1 - 2014

Há atualmente uma preocupação em promover o desenvolvimento econômico e social sem agredir o meio ambiente. Engajados nessa empreitada estão profissionais de diversas áreas, inclusive da contabilidade. Essa preocupação inspirou este artigo que trata de assuntos relacionados à Contabilidade Ambiental.

Certamente um conhecimento mais profundo sobre o assunto será exigido de profissionais que atuam nas áreas em que agregação ao meio ambiente é mais intensa e exige cuidados. Dentro desse contexto o estado do Pará se destaca por estar geograficamente dentro da Amazônia Legal e por apresentar uma economia sustentada por atividades com altíssimo potencial de degradação ambiental.

Esse artigo pretende expõe conceitos desse seguimento relativamente novo da Ciência Contábil, porém extremamente importante para as organizações que, direta e indiretamente afetam o meio ambiente. Outro fator que traz certa relevância para esse artigo é que poder-se-á averiguar se os contabilistas das regiões pesquisadas estão capacitados para atender a essa nova demanda de usuários da contabilidade.

Inspirado na consciência ambiental surge o problema da pesquisa que se traduz na seguinte pergunta: qual o grau de conhecimento dos contadores no sul e sudeste do estado do Pará sobre os procedimentos de contabilização e as peculiaridades da contabilidade ambiental?

Partindo dessa premissa, este artigo teve como objetivo averiguar o nível de conhecimento dos contadores no sul e sudeste paraense sobre Contabilidade Ambiental.

Para atingir o objetivo proposto, este artigo foi produzido em duas etapas, um estudo exploratório e descritivo, com características qualitativas e quantitativas. Para tanto se utilizou para embasamento teórico diversas fontes publicadas tais como: livros, revistas, artigos acadêmicos, fontes digitais que configuram uma pesquisa de caráter bibliográfico (GIL, 2010), e uma pesquisa de campo feita com 36 contabilistas em 12 municípios paraenses.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial aborda questões relativas à contabilidade ambiental, apresentando seus elementos e particularidades como: Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado, história, conceitos.

1.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) é um importante componente do Balanço Social, que por se tratar de um demonstrativo contábil, as informações nele contido devem ser retiradas das demonstrações contábeis, obedecendo às normas e princípios contábeis vigentes, a DVA permite aos usuários da contabilidade, identificar não só as riquezas geradas exclusivamente pela empresa, como também as recebidas por processos de transferência de valores. Além de poder acompanhar de forma detalhada, o mapeamento da distribuição dessas riquezas, aos seus beneficiários. (COSTA 2012)

Dando continuidade Ribeiro (2010) sintetiza o tema dizendo que, as demonstrações contábeis tradicionais, não transmitem claramente o papel social e econômico que as empresas exercem nas comunidades onde estão inseridas. Daí se percebe o grande diferencial da DVA, que tem como objetivo evidenciar as ações das empresas em prol da sociedade como um todo, informando o montante obtido com terceiros, o quanto a empresa adicionou a esse valor, e como foi feita a distribuição do valor adicionado, que vai desde a remuneração com Mão de obra, juros, alugueis, remuneração de capital próprio, até o que foi gasto com obras sociais.

1.3 A ORIGEM DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade precisou, e precisa constantemente, dotar-se de conhecimentos, ferramentas, enfim, de todo um arcabouço conceitual, para bem poder responder a seus desideratos internos e externos. Precisa atender, sobretudo, aos usuários da informação, que tanto podem ser internos como externos, e que, em muitos casos, divergem quanto ao tipo de informação que desejam ver fornecida pela contabilidade. (TINOCO e KRAEMER, 2011, p.11)

Uma nova categoria de usuários de informações contábeis começou a surgir em meados da década de 60 do século passado motivados pela insatisfação social.

Nessa mesma década o clube de Roma concluiu e divulgou um relatório intitulado ‘Os limites para o crescimento’, que continha projeções do crescimento populacional, poluição e esgotamento dos recursos naturais. Esse conjunto de fatos criou condições propícias para se fazer exigências de acesso às informações contábeis do desempenho econômico e socioambientais das organizações. A partir de então, informações com características sociais passaram a fazer parte dos relatórios contábeis por meio do balanço social, (TINOCO e KRAEMER, 2011).

Tinoco e Kramer (2011, p.63) conceituam Balanço Social como:

Um instrumento de gestão e de informação, que visa evidenciar, de forma mas transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mas diferenciados usuários.

Para Ferreira (2011) o que motivou o surgimento da contabilidade ambiental foram os inúmeros problemas ligados às questões ambientais que a gestão das empresas vinha enfrentando principalmente a partir de 1990, quando ficou mais acentuada a gravidade dos problemas inerentes ao meio ambiente. Seguindo essa tendência, contadores, institutos de pesquisas, organismos profissionais, e de governo passaram a desenvolver estudos com a finalidade de criar novos mecanismos ou ainda adaptar os procedimentos da contabilidade tradicional para satisfazer às demandas dessa nova realidade.

Foi precisamente em fevereiro de 1998 conforme afirmam Tinoco e Kraemer que emerge a contabilidade ambiental.

A contabilidade ambiental passou a ter status de novo ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais pelo grupo de trabalho intergovernamental das nações unidas de especialistas em padrões internacionais de contabilidade e relatórios (United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting – Isar) (2011, p. 15).

1.4 CONTABILIDADE AMBIENTAL CONCEITO E IMPLICAÇÕES

Uma das contribuições da ciência contábil para com as questões ambientais é a evidenciação das informações econômicas e financeiras de natureza ambiental, para melhor informar os usuários sobre os efeitos resultantes da atuação da entidade, que direta ou indiretamente afeta o meio ambiente e conseqüentemente o patrimônio dessa entidade; para tanto se faz necessário o cumprimento dos procedimentos de identificação, mensuração e contabilização dos eventos relacionados com essa área, tais procedimentos são os objetivos da contabilidade ambiental. (RIBEIRO, 2010).

Apresentada as informações citadas preliminarmente voltamos ao conceito de contabilidade ambiental segundo Costa (2012, p.29)

Pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental, bens, direitos e obrigações ambientais das entidades. Seu objetivo é fornecer ao seus usuários internos e externos, informações sobre os eventos ambientais que causam

modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação.

Contabilidade ambiental segundo Carvalho (2012) é o segmento da ciência, responsável pelo registro e evidenciação das ocorrências que provocam alterações nos elementos patrimoniais da empresa como resultado da sua relação com o meio ambiente ressalta-se que, não se trata de uma nova técnica ou ciência, a exemplo da análise de balanço e auditoria, figurando apenas como uma vertente da contabilidade tradicional. Como é o caso da contabilidade industrial e comercial que direciona o seu estudo para um setor específico, nesse sentido a contabilidade ambiental se ocupa das questões ligadas à área ambiental.

1.5 ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE NATUREZA AMBIENTAL

A Contabilidade Ambiental, bem como seus elementos possui características bem peculiares, os tópicos a seguir trazem informações sobre os conceitos e as características de alguns desses elementos.

1.5.1 ATIVOS AMBIENTAIS

Tratando de ativo ambiental, o conceito proposto por Ribeiro (2010, p.61) é:

Os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefícios econômicos em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental.

Conceituando e ao mesmo tempo exemplificando o elemento ativo ambiental, Costa (2012) declara que: os ativos ambientais são os estoques dos insumos, acessórios, peças e outros materiais e produtos utilizados no processo de produção com a finalidade de reduzir ou até mesmo eliminar os níveis de poluição. Também são classificados como ativos ambientais os investimentos em instalações, máquinas, equipamentos, etc. Adquiridos com o intento de minimizar os impactos causados pela degradação ambiental, os gastos com pesquisas que tenham a mesma finalidade deverão receber a mesma classificação. Entre os benefícios que estes gastos poderão trazer para a entidade, os mais prováveis são: melhora de eficiência, aumento da capacidade, segurança de outros ativos, redução ou eliminação de contaminação resultante de operação em exercícios futuros entre outros. (TINOCO e KRAEMER, 2011).

Seguindo paralelamente esse contexto Kraemer (B) (2000, par.51) alerta que:

As características dos ativos ambientais são diferentes de uma empresa para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas devem compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente.

1.5.2 PASSIVOS AMBIENTAIS

Com o advento da responsabilidade social, uma nova postura passou a ser cobrada em vias legais das organizações infratoras.

Nessa nova conjuntura política o desrespeito às normas socioambientais existentes obriga as entidades, ao pagamento de indenizações, multas e compensações aos órgãos públicos, particulares e a sociedade. Todas essas obrigações correspondem a passivos ambientais. (CARVALHO, 2012).

Apresentado de forma sucinta o surgimento dos passivos ambientais, é importante conhecer o conceito desse elemento. Kraemer (B) (2000, par. 52) o descreve como:

Passivo Ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto e longos prazos, destinados única e exclusivamente a prover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionando-a investimento na área ambiental.

Conforme Sousa e Ribeiro (2004) os passivos ambientais surgem como contrapartida do surgimento dos seus respectivos ativos ambientais, lembrando que a essência destes passivos é caracterizada pelos gastos gerados com o intuito de promover o controle dos impactos ambientais causados pela atuação da empresa.

No entendimento de Tinoco e Kraemer (2011) o conceito de passivo ambiental nos induz a ver-lo de forma 'pejorativa'. No entanto, os autores nos lembram que, nem todos passivos ambientais tem origem em fatos de representação negativa, ressaltando que, alguns passivos surgem de ações ambientalmente responsáveis e éticas como, por exemplo, o sacrifício presente ou futuro de algum ativo para aquisição de máquinas, com o objetivo de se fazer o controle preventivo da qualidade do meio ambiente, ou ainda, gastos com campanhas de conscientização ambiental.

No que diz respeito à classificação dos passivos ambientais, os autores mencionados acima os classifica em:

- Normais: são os que acontecem como processo natural, resultado das atividades da entidade.

- Anormais: são os que ocorrem de forma aleatória, decorrente de situações fora do controle da empresa.

1.5.3 GASTOS E CUSTOS AMBIENTAIS

Frequentemente expositores, tratam gastos como se fosse custo ou despesa, principalmente quando se trata de custos ambientais. No entanto há uma regra que pode ser seguida para se fazer a correta classificação do que é gasto, custo, e despesa ambiental. A regra consiste em identificar a destinação dos itens que geraram o gasto. Caso o gasto tenha sido realizado com intenção de utilização no processo de produção ou em função deste, então temos um custo. Os gastos por sua vez, representam os compromissos presentes ou futuros, resultantes da compra de insumos, bens, ou da contratação de serviços ligados às questões ambientais. Esses gastos deverão ser registrados como, ‘custo de fabricação’ quando deslocado para o setor de produção, ‘investimentos’ na conta estoque de produtos ambientais acabados após o fim do processo de fabricação, no ‘imobilizado’ caso o gasto tenha como destino um equipamento ambiental de vida útil longa. Como por exemplo, um filtro para descontaminação de água. (TINOCO e KRAEMER, 2011).

Para Ferreira (2011), os custos ambientais poderão ser classificados em Diretos: os decorrentes de fatos ligados ao meio ambiente, cujo impacto pode ser diretamente identificado e atribuído a uma ação poluidora ou reparadora da entidade. Os indiretos são os fatos que indiretamente afeta o meio ambiente, e cujos efeitos desse fato não pode ser identificados diretamente.

1.5.4 RECEITAS AMBIENTAIS

Na concepção de Costa e Marion (2007), para o reconhecimento das receitas ambientais faz se necessário primeiro, distingui-las das operacionais, levando em conta a atividade principal da empresa, dado esse primeiro passo, torna-se mais fácil à identificação e registro das receitas ambientais, essas por sua vez não são provenientes da atividade fim da entidade.

No entendimento de Ferreira (2011) as receitas classificadas como ambientais, surgem de duas vertentes, ambas ligadas ao segmento ambiental. Na primeira estão as oriundas de

prestação de serviços voltados à preservação, e conservação da biodiversidade. Na segunda vertente as receitas ambientais também são frutos da prestação de serviços, mas ligados à área de redução de impactos, limpeza do meio ambiente, as tais são chamadas receitas pró- meio ambiente.

As receitas também podem ser auferidas a partir da venda de subprodutos e materiais de reciclagem, ambas serão fontes geradoras de recurso podendo ser comercializados ou utilizados no processo de produção da entidade onde se utiliza restos que seriam descartados. (CARVALHO, 2012).

1.5.5 DESPESAS AMBIENTAIS

O termo despesa é definido por Ribeiro (2010, p.49) como:

“(...) Todos os recursos consumidos, pela entidade, seja na forma de bens ou serviços, necessários à produção de receitas, em um determinado período, independente do momento da ocorrência do desembolso (...)”.

Transportando esse conceito para o segmento ambiental a autora disserta (p. 50) “(...) Considera-se como despesas ambientais os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa (...)”.

As despesas ambientais podem ser classificadas em operacionais, todas as que se originam da manutenção dos processos internos da entidade, tais como: gestão do meio ambiente, investigação, desenvolvimento de tecnologias, mais limpas, tratamentos de emissões, etc. e não operacionais são as decorrentes de acontecimentos externos, embora sejam consequências de falhas voluntárias ou involuntárias da entidade. É o caso das multas, sanções e compensações dadas a terceiros. (TINOCO e KRAEMER 2011).

1.6 IDENTIFICAÇÃO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS ELEMENTOS AMBIENTAIS

A contabilidade ambiental tem definido como objetivo, identificar, mensurar e evidenciar os fatos contábeis ambientais, este tópico apresenta esclarecimentos sobre os processos de mensuração e evidenciação dos fatos contábeis ambientais.

1.6.1 MENSURAÇÃO

No que se refere à mensuração dos elementos ambientais que compõe o patrimônio de uma entidade, Ferreira (2011), declara ser uma das tarefas mais críticas desenvolvidas no processo de contabilização, isso porque, para registrar qualquer elemento ou fato é preciso declarar o seu valor monetário, e nem sempre os elementos ambientais tem um valor definido, e muito embora a teoria da contabilidade disponha de diversas formas de se avaliar um ativo e mesurar um passivo, na prática a contabilidade tem se limitado na maioria dos casos ao método exigido pelas autoridades tributárias do país.

Ainda tratando do assunto Carvalho esclarece que, na ausência parcial ou total da possibilidade de se fazer a mensuração objetiva dos ativos, passivos, receitas, despesas e custos ambientais a contabilidade não deve ignorá-los, mas informá-los aos usuários por meio das notas explicativas.

Feito esses apontamentos, Costa (2012), levanta questões passíveis de discussão como, por exemplo: qual o valor de um patrimônio florestal, e o de um certificado de qualidade ambiental (ISO 14.000), ou qual percentual do faturamento, da rentabilidade, lucratividade e competitividade pode ser atribuído a um certificado, que assegura o comprometimento da entidade com as questões ambientais?

1.6.2 EVIDENCIAÇÃO

Tratando do tema Costa e Marion (2007) explicam que o objetivo da contabilidade não se limita a evidenciação de informações econômicas e financeiras, e acrescentam que as entidades têm buscado evidenciar seu comprometimento socioambiental. Porém, tem encontrado dificuldades que são impostas pelas normas contábeis na divulgação dessas informações junto às demonstrações contábeis tradicionais, no entanto essas dificuldades não liberam a contabilidade da responsabilidade de informar aos usuários sobre os fatos relacionados com as questões ambientais.

Para Costa (2012), a divulgação de informações que refletem um compromisso com o meio ambiente, pode contribuir com a imagem da empresa, dessa forma as empresas interessadas em evidenciar ações pró meio ambiente tem duas opções. A primeira seria divulgá-las junto às demonstrações financeiras tradicionais que, além da apresentação de forma sintetizada das contas patrimoniais e de resultado, deverão ser apresentados subgrupos como, por exemplo: no ativo circulante registra-se a conta estoques, este deverá ser dividido

em uma subconta 'estoques ambientais'. O mesmo raciocínio se aplica as demais contas patrimoniais e de resultado.

Na segunda opção a evidenciação deve ser feita por meio dos relatórios agregativos. Quem optar por fazer esse tipo de evidenciação poderá proceder de duas formas. A primeira seria fazer um Balanço Patrimonial e uma DRE exclusivos, com contas que receberão apenas informações de natureza ambiental. E na segunda, a empresa pode optar pela divulgação de todas as informações ambientais no Balanço Social.

O tema evidenciação de informações socioambientais passou a contar com a NBCT 15, aprovada por meio do da resolução CFC nº 1.003 / 04 do Conselho Federal de Contabilidade que entrou em vigor em Janeiro de 2006, a NBCT 15 estabelece os procedimentos que deveram ser seguidos na evidenciação de tais informações, para complementar as demais demonstrações contábeis. (BRONDANI, ROSSATO e TRINDADE, 2006).

2. METODOLOGIA

Esse artigo foi produzido com traços de um estudo exploratório e descritivo. Gil (2008) esclarece que uma pesquisa exploratória tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar ideias e conceitos. O mesmo autor acrescenta que uma pesquisa descritiva se ocupa em descrever as características de uma determinada população, fenômeno ou estabelecer relação entre as variáveis. Gil (2008)

Por se tratar de um tema complexo a pesquisa de campo apresenta características mistas, ou seja, qualitativa e quantitativa. Para Marconi e Lakatos (2004) o caráter quantitativo da pesquisa está ligado ao fato de esta, voltar-se para o controle estatístico das informações com o objetivo de fornecer dados para verificação de hipóteses, enquanto o caráter qualitativo está relacionado com o aprofundamento do estudo de atitudes, opiniões, etc.

A aplicação dos questionários e a coleta dos dados foram feita pessoalmente no campo estudado, a saber, municípios do sul e sudeste do estado do Pará. Para tanto foi utilizado para embasamento teórico, livros, revistas, artigos acadêmicos, fontes digitais que configuram uma pesquisa de caráter bibliográfico (GIL, 2010).

As questões apresentadas aos respondentes foram desenvolvidas e utilizadas com base em uma pesquisa com os alunos de Pós-graduação lato sensu oferecidos pelo departamento de Ciências Contábeis de Universidade Federal de Pernambuco nos campos de Recife e Caruaru no ano de 2007, por Carolina Veloso Maciel Mestra em Ciências Contábeis, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia Doutora em Administração, Jeronymo José Liboniti e Raimundo Nonato Rodrigues, ambos Mestres em Controladoria.

O questionário apresentava dois grupos o primeiro composto por cinco questões, onde foram dadas aos pesquisados as opções sim e não já que tais perguntas tinham por finalidade conhecer o perfil dos contabilistas e sua inteiração com a Contabilidade Ambiental, por não interferir no objetivo da pesquisa o resultado desse primeiro grupo de questões foi sintetizado em um breve esclarecimento. No segundo grupo foi apresentado aos respondentes afirmativas e utilizada a escala Likert de cinco pontos que vai de (1) concordo fortemente, até (5) não concordo fortemente, nesse sistema, são dadas ao respondente as opções de concordar, discordar, não opinar, ou se posicionarem de acordo ou discordarem do enunciado, mas de forma parcial, a escala Likert considera o diferencial semântico para identificação de valores cujo objetivo é medir o sentido de determinado objeto.

Para Gil (2008, p. 164), o diferencial semântico é uma técnica criada por Osgood, Suci, e Tannebaum (1957), cujo objetivo é medir o sentido que determinado objeto tem para as pessoas.

2.1 COLETA DE DADOS

A realização do estudo de caso deu-se por meio de uma pesquisa realizada em doze municípios do sul e sudeste do estado do Pará com 36 (trinta e seis) contabilistas atuantes e credenciados pelo Conselho Regional de Contabilidade, em um período que se estendeu de 17 de Janeiro a 05 de Fevereiro de 2013.

3 RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa, seguido de breves considerações sobre os dados coletados.

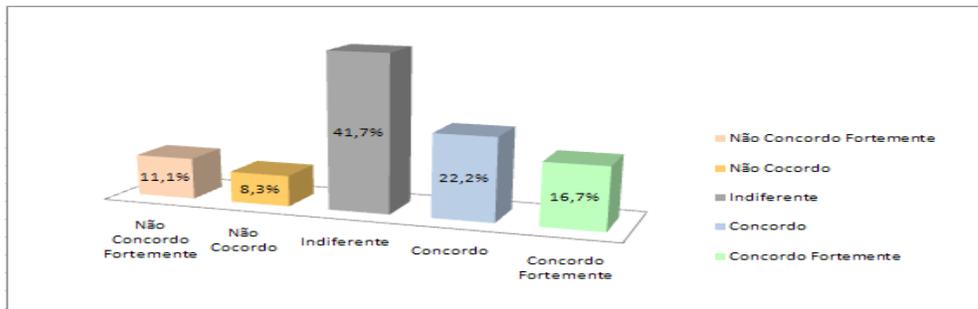
Levando em conta o objetivo proposto pelas primeiras questões. Que era apenas saber qual o perfil e inteiração dos respondentes com a Contabilidade Ambiental, e as semelhanças das respostas julgamos desnecessária a elaboração de gráficos para essa primeira etapa, visto que as mesmas não alteram o objetivo da pesquisa.

Chegar há uma conclusão mais precisa sobre o nível de conhecimento dos contabilistas sobre as peculiaridades da Contabilidade Ambiental é o objetivo dessa segunda etapa. Onde foi utilizada a escala Likert de cinco pontos.

Todas as afirmativas apresentadas aos respondentes estão diretamente ligadas à Contabilidade Ambiental, lembrado que, todas as afirmativas estão corretas, nesse sentido os posicionamentos contrários foram considerados errados inclusive os indiferentes, pois subtende-se que ao não saber dizer se a afirmativa está certa ou errada, certamente o respondente desconhece o assunto em questão.

3.1 Gastos realizados para gerenciar os impactos das atividades da empresa neste setor, de forma ambientalmente saudável, é classificada como despesa ambiental.

Gráfico – 5. Gastos ambientais.



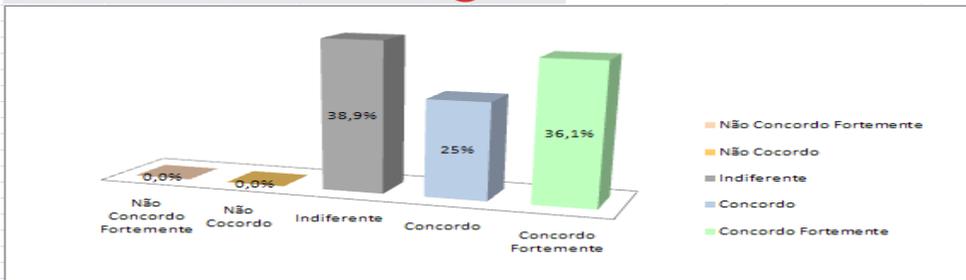
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Foi feita uma afirmação sobre Despesas Ambientais. Dos entrevistados 11,1% não concordaram fortemente, 8,3% não concordaram, 41,7% não se posicionaram, 22,2% concordaram e 16,7% concordaram fortemente.

Do total de entrevistados apenas 38,9% acertaram e 61,10% erraram.

3.2 Existem cinco etapas sucessivas para implementação do sistema de gestão ambiental: política ambiental da organização; planejamento; implementação e orçamento; monitoramento e ações corretivas; e revisão do gerenciamento.

Gráfico – 6 Políticas ambientais da organização.

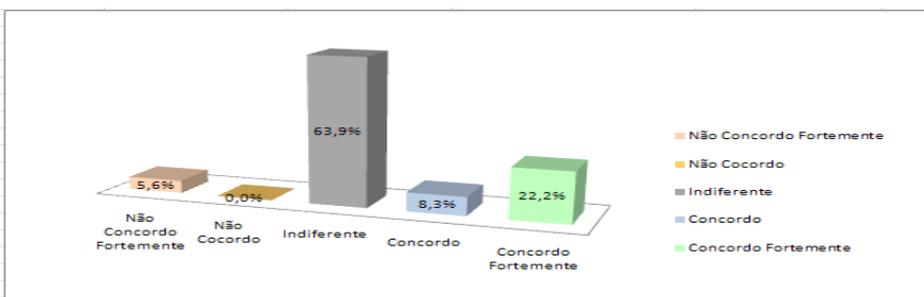


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Aplicando o critério de apuração dos dados coletados o quadro que se formou com base nas respostas foi o seguinte: os acertos somaram 61,1% enquanto os erros foram de apenas 38,9%.

3.3 Auditoria ambiental é orientada por documentos: ISO 14.010, 14.011, 14.012.

Gráfico – 7. Auditoria ambiental.

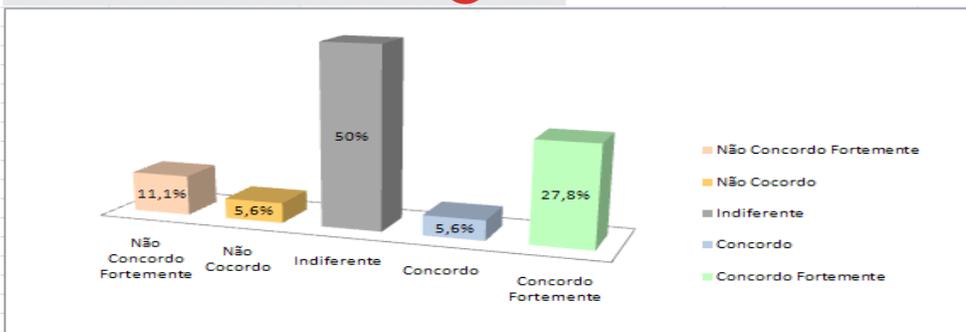


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Diante da questão que trata das diretrizes e documentos que regulam a Auditoria ambiental. Os indiferentes correspondem a 63,9% do total de entrevistados que somados aos 5,6% que errou, o total de erros chega a 69,5% enquanto apenas 30,5% acertaram. O que demonstra haver um pequeno quantitativo de profissionais que entende do assunto.

3.4 Em 1998 foi sancionada a Lei Federal 9.605 conhecida como lei de Crimes Ambientais.

Gráfico – 8. Legislação ambiental

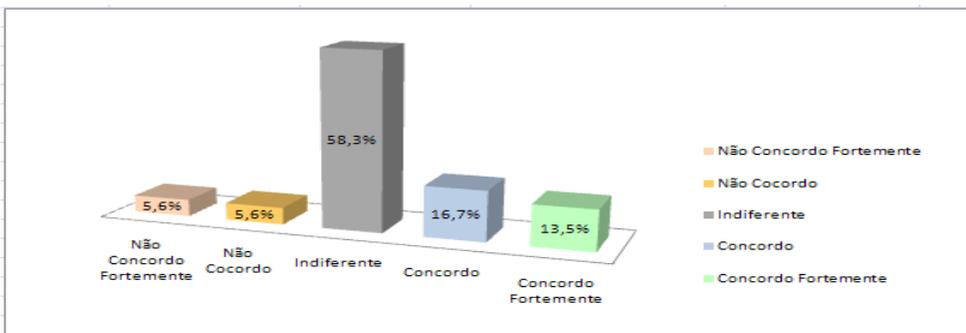


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Com relação à legislação federal pertinente as atividades lesivas ao meio ambiente. Somados os que não souberam responder aos que erraram o montante é de 66,70%, número muito superior aos que acertaram que é de apenas 33,4%. Refletindo assim o baixo grau de conhecimento dessa importante ligação da contabilidade ambiental.

3.5 A diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de capacidade de geração de lucros futuros, e o valor econômico dos seus ativos, essa diferença é a definição de *goodwill*.

Gráfico – 9 *Goodwill*

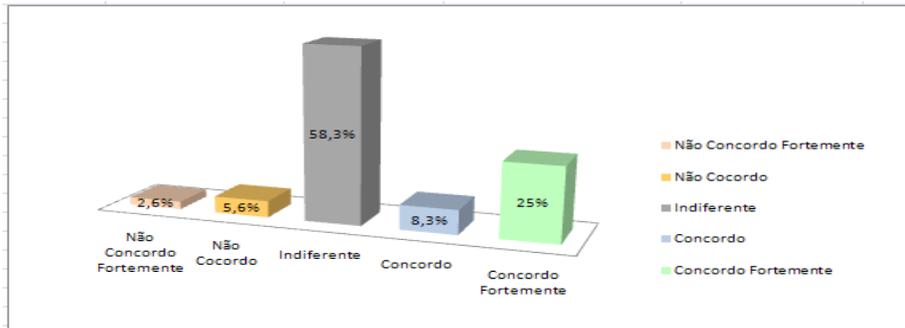


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Goodwill, um ativo intangível que poderá surgir de ações ecologicamente corretas da entidade. Sobre esse assunto, o número de indiferentes superou em muito os que deram uma resposta conclusiva, mais uma vez, fica evidente a falta de conhecimento visto que, 69,5% erraram e somente 30,5% dos entrevistados acertaram.

3.6 O ISO 14.000, estabelece as diretrizes básicas para implementação de sistema de gestão ambiental, o qual constituiu um processo estruturado, genérico e completo, que visa a melhoria do desempenho nas empresas e globalmente.

Gráfico – 10 ISO 14.000

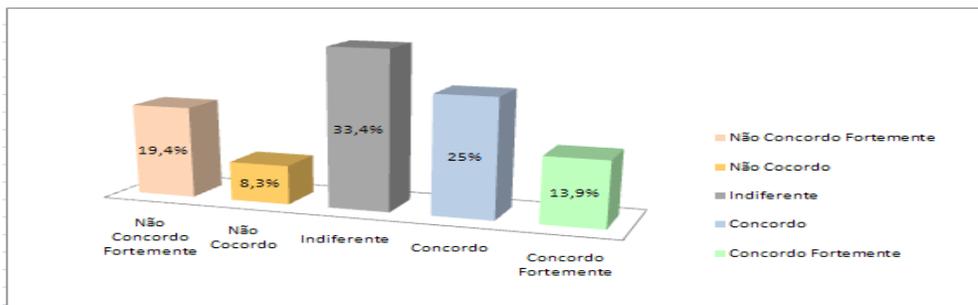


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Uma análise dos dados apresentados acima demonstra mais uma vez o pequeno quantitativo dos que acertaram apenas 33,3% enquanto a grande maioria não soube responder ou respondeu errado somando precisamente 66,7%. Evidenciando assim a falta de conhecimento em relação às certificações ambientais.

3.7 A restauração, descontaminação, tratamento de emissões e depreciação de equipamentos são classificados como custos ambientais.

Gráfico – 11 Custos ambientais.

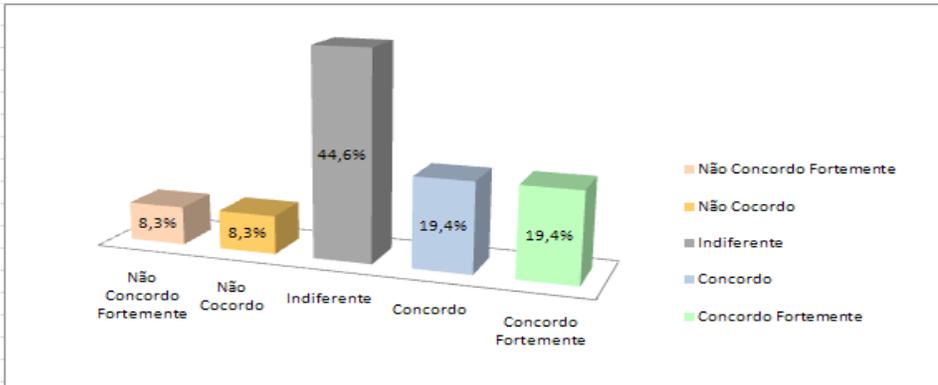


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

A afirmativa proposta para avaliar o conhecimento dos entrevistados sobre Custos Ambientais teve um resultado pouco diferente das demais questões. O número mais expressivo é dos que não tem conhecimento sobre o assunto em questão. 38,9 foram o percentual dos que acertaram em contra partida os que erraram somou 61,1% dos entrevistados.

3.8 Estoque, Imobilizado, Diferidos, Provisão para desvalorização, Depreciação Acelerada e Goodwill, fazem parte ativo ambiental.

Gráfico – 12. Ativo ambiental.

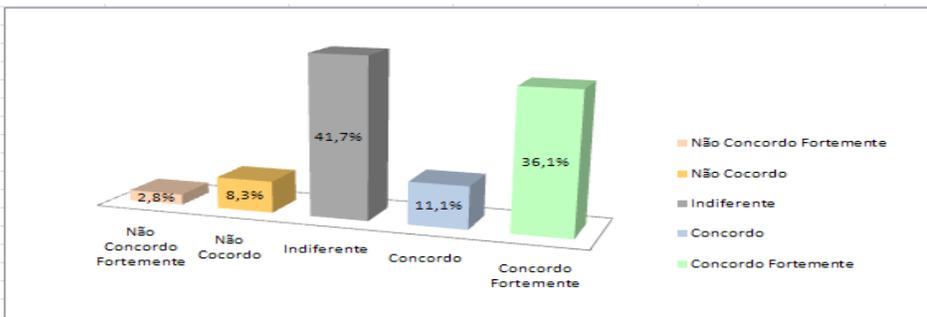


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Diante de Ativos Ambientais, mas uma vez o grupo dos que não souberam responder foi bem maior que os demais 22 respondentes, 6 erraram, ficando em 61,2% o percentual de erros, e somente 14 responderam corretamente percentual bem inferior 38,4%.

3.9 O demonstrativo de valor adicionado faz parte do balanço social.

Gráfico – 13 Demonstrações do Valor Adicionado.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Em se tratando de tema DVA proposto na última afirmativa, depois de processados os questionários Os dados obtidos refletem a falta de conhecimento da maioria dos entrevistados com relação à DVA, a soma dos que erraram e os que não souberam responder chegou a 52,8%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade desde tempos remotos se mostrou dotada de capacidade de transformar fatos e dados em informações indispensáveis para o acompanhamento dos vários tipos de patrimônios. Estes atualmente, por meios legais estão diretamente ligados às questões socioambientais. Nessa nova conjuntura política e social a Contabilidade Ambiental emergiu da contabilidade tradicional como ferramenta adequada a essa nova realidade.

Em concordância com a metodologia aplicada foram utilizadas para embasamento teórico fontes de autores atuais e renomados e ficou claro que a Contabilidade Ambiental possui características bem específicas, e por se tratar de um tema relativamente novo ainda esbarra em polêmicas como classificação e avaliação de certos ativos, mensuração e evidenciação de direitos e obrigações ambientais, restrições das normas contábeis na divulgação dos fatos ambientais entre outras. Contudo, esses impasses não são prerrogativas para que tais informações sejam omitidas, principalmente porque a Contabilidade dispõe de ferramentas para divulgar as informações ambientais, e demonstrar como elas afetam a situação econômica e financeira das entidades e o comprometimento socioambiental das mesmas.

Após a identificação do problema motivador da pesquisa que foi: Qual o grau de conhecimento dos contadores do sul e sudeste do estado do Pará sobre Contabilidade Ambiental? Estudos preliminares serviram de base para a hipótese, que se confirmou com a realização da pesquisa, dos trinta e seis contadores pesquisados em doze municípios do sul e sudeste paraense 69,4% nunca tiveram contato com a Contabilidade Ambiental ou correlata, 75% não tinham participado de qualquer evento que abordava o tema, 47,2% não teve contato com qualquer tipo de material que tratava do assunto e 41,7% não soube informar sobre a qualidade da literatura existente sobre esse ramo da contabilidade. Na segunda etapa, da pesquisa cujo objetivo era averiguar com mais precisão o conhecimento dos entrevistados sobre o tema, constatou-se que 60,49% das afirmativas feitas por meio da escala Likert estavam erradas, considerando-se, portanto, que nas regiões pesquisadas são relativamente baixos os conhecimentos dos contadores com relação à Contabilidade Ambiental.

Referências

BRONDANI, Gilberto; ROSSATO, Marivane Restana; TRIDADE, Larissa de Lima. Contabilidade Como Fator de Responsabilidade Com o Social e o Ambiental. **Revista Eletrônica de Contabilidade- UFSM**. Vol. 3, n. 1, p. 6, jan/ jun 2006. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/contabilidade/article/view/36/3645>> Acessado em: 09 março. 2013.

CARVALHO, Gardênia Maria de Braga. **Contabilidade ambiental** - Teoria e Prática. Curitiba: Juruá, 2012. p. 62- 63, p. 83, p. 111 - 112, p.126, p. 141 - 142.

COSENHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CRC). **Resolução 774. Item 1.4**, Aprovado em 16 de Dezembro de 1994 Trata dos Objetivos da Contabilidade.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade ambiental** - Mensuração, Evidenciação e Transparência. São Paulo: Atlas, 2012. p. 29 - 40, p. 48 - 50, p. 54, p. 190 - 191.

COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. A Uniformidade na Evidenciação das Informações Ambientais. **Revista Contabilidade e Finanças USP**, São Paulo, n. 43, p. 24, p. 26. jan/ abri 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34212>>. Acessado em: 10 março. 2013.

FERREIRA, Aracélia Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental** - Uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2011. p.1-5, p. 18, p.28 - 29, p. 52, p. 102.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: 2008. p. 46-47, p. 164

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p.25-38.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; PEREIRA, Elias. **Dicionário de termos de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003. p. 30.

KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. (B) Contabilidade Ambiental – Passaporte para Competitividade. **Universo ambiental** (2000): 51 par, 52 par. Disponível em: <http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_ler.php?canal=4&canallocal=4&canalsub2=10&id=166>. Acesso em: 14 Janeiro 2013.

MACIEL, Carolina Veloso; LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira; LIBONATI, Jeronymo José; RODRIGUES, Raimundo Nonato. Contabilidade Ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, ano, 06, n.11, p. 149- 153. Janeiro/ Junho, 2009 Disponível em: <<http://journal.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/viewFile/2175-8069.2009v6n11p137/11608>> Acesso em: 03 de Janeiro 2012

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, p. 186- 187.

RIBEIRO, Máisa de Sousa. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva. 2010. p. 13, p. 16, p. 44-48, p. 49 – 50, p. 61

SÁ, Nívea Vasconcelos de Almeida; et. al **Diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Roque: 2012. p. 90.

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque: 2012. p. 90.

SOUSA, Valdiva Rossato de; RIBEIRO, Maísa de Sousa. Aplicação da Contabilidade Ambiental na Indústria Madeireira. **Eac Fea Usp**. ano. (2004): 19 par, Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad35/ed_35_parte5_pg54a67.pdf>. Acesso em: 04 Nov. 2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade ambiental e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011. p.11-15, p. 46, p. 89-101, p. 64-65, p. 153, p. 154 – 155, p.156, p. 158 – 159, P. 164.